



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D. L.

Fls. 02

17ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa

PROPOSIÇÃO Nº 039/12 - PEC - 002/12

Proposição de Emenda à Constituição nº 002/12

## DESPACHO

I - PROTOCOLA-SE

II - PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

III - À DI. PARA PRESIDÊNCIAS

DATA 09 ABR 2012

PRESIDENTE

Altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O Inciso I, do Art. 99, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99 .....

"I - eleger, bianualmente, entre os integrantes de seu Tribunal Pleno:

a) os componentes de sua cúpula diretiva, vedada a reeleição, sendo elegível apenas um dentre os oriundos da mesma classe do quinto constitucional, não integrante das vagas do Órgão Especial, preenchidas pelo critério de antiguidade, prevalecendo, nesta hipótese, independentemente do número de votos, a eleição daquele que tenha sido sufragado para o cargo mais elevado, observada a ordem estabelecida no seu Regimento Interno; e

b) em data posterior a da eleição referida na alínea anterior, os integrantes do Órgão Especial, para preenchimento das vagas remanescentes após o provimento das vagas preenchidas pelo critério de antiguidade, preservando-se, em ambos os critérios, a representatividade do quinto constitucional e a classe de origem, permitida, nesta hipótese, uma reeleição."

Sala das Sessões,

VALDIR ROSSONI  
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Deputado

RENI PEREIRA  
Deputado

14:07 09/04/2012 00:1983 DEP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and notes:   
- "DEPUTADO NARA LIMA" (crossed out)  
- "DEPUTADO MARCELO RANGEL"  
- "DEPUTADO LUCIANA RAFFENIN"  
- "DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO"  
- "DEPUTADO GENALI"  
- "DEPUTADO PERICLES DE MELO"  
- "DEPUTADO BUZIO"  
- "DEPUTADO FERNANDO SANCHUCA"  
- "DEPUTADO ALELINO RIBEIRO"  
- "DEPUTADO FILHO"  
- "DEPUTADO PEREIRA"  
- "DEPUTADO MIRÓ"  
- "DEPUTADO LUIZ ACCIARI"  
- "DEPUTADO JAVIER"



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

D. L.

Fls. 03

Proposição de Emenda à Constituição que altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição do Estado do Paraná

## JUSTIFICATIVA

A proposição de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar o texto constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela AMB, o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.

O inciso I, do referido Art. 99, contem comando que restringe, em demasia, a possibilidade de que os desembargadores, membros do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça, possam ser eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira distorção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio isonômico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a participação no exercício da gestão da administração pública, mais se atenderá a necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

A emenda proposta, dessa maneira, atualiza o texto constitucional e propicia que qualquer dos integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça possa ser eleito para ocupar seus Órgãos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.

No mesmo contexto é necessário que se proceda a adequação dos critérios de composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, seja para evitar eventual quebra do princípio do quinto constitucional assegurado em favor do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, seja para consagrar o princípio de escolha eleitoral em favor de sua metade que não é composta pelo critério de antiguidade.

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

Proposição de Emenda à Constituição nº 002/2012  
(Proposição nº 19/2012)

Altera a redação do inciso I do Artigo 99, da  
Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O inciso I, do Art. 99, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar  
com a seguinte redação:

"Art. 99. ....

"I - eleger, livremente, entre os integrantes do seu Tribunal Pleno:

a) os componentes de sua cúpula diretiva, vedada a reeleição, sendo elegível  
apenas um direito os oriundos da mesma classe do quinto constitucional, não  
integrante das vagas do Órgão Especial, preenchidas pelo critério de antiguidade,  
prevalecendo, nesta hipótese, independentemente do número de votos, a eleição  
daquele que tenha sido sufragado para o cargo mais elevado, observada a ordem  
estabelecida no seu Regimento Interno; e

b) em data posterior à da eleição referida na alínea anterior, os integrantes do  
Órgão Especial, para preenchimento das vagas remanescentes após o provimento  
das vagas preenchidas pelo critério de antiguidade, preservando-se, em ambos  
os critérios, a representatividade do quinto constitucional e a classe de origem,  
permitida, nesta hipótese, uma reeleição."

Sala das Sessões, 09 de abril de 2012.

VALDIR ROSSONI  
Deputado

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Deputado

RENI PEREIRA  
Deputado

Assinaram os Deputados: Valdir Rossini, Plauto Guimarães, Reni Pereira, Luiz  
Accorsi, Stephanes Junior, Dulcio Genari, Elio Rusch, Paranhos, Pastor Edson  
Przytyk, Gilberto Ribeiro, Fernando Sosaava, André Bueno, Nereza Moore,  
Laciene Ruffigaia, Péricles de Mello, Enio Vieri, Cesar Silvestri Filho, Cantora  
Mara Lima, Adelson Ribeiro, Marcelo Rangel.

### JUSTIFICATIVA

A proposição de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar o texto  
constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal  
de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com  
Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela  
AMB, o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.  
O inciso I, do referido Art. 99, contém comando que restringe, em termos, a pos-  
sibilidade de que os desembargadores, membros do Tribunal Pleno do Tribunal  
de Justiça, possam ser eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira  
distinção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio  
isotérico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a  
participação ao exercício do gestão da administração pública, mais se atenda à  
necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve  
alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

A proposta, dessa maneira, anula o texto constitucional e propicia que  
qualquer dos integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça possa ser eleito  
para ocupar seus Órgãos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.  
No mesmo contexto é necessário que se proceda a adequação dos critérios de com-  
posição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, seja para evitar eventual quebra  
do princípio do quinto constitucional assegurado em favor do Ministério Público e  
da Ordem dos Advogados, seja para consagrar o princípio de escolha eleitoral em  
favor de sua metade que não é composta pelo critério de antiguidade.

13/04/2013

## Atos Regulamentares

### Diretoria Geral



### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º. QUADRIMESTRE 2012

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL,

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro/2012 a Dezembro/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA DE PESSOAL (I)</b>	<b>278.800.676,93</b>	
Pessoal Ativo	209.558.767,87	
Pessoal Inativo e Pensionistas	69.241.909,06	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>12.307.850,60</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	12.307.850,60	
Inativos e Pensionistas com Requisitos Vinculados	-	
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º art. 57 da CF)	-	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS</b>	<b>296.432.025,43</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>21.567.788.627,64</b>	
<b>Nº DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS</b>	<b>1,23</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (inciso II, art. 22 da LRF) (V)</b>	<b>354.039.733,49</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>334.610.723,73</b>	

### DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 4715313

Documento emitido em 22/02/2013 09:18:13.

Diário Oficial da Assembleia  
Nº 368 | 21/02/2013 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar  
o Código Localizador no site do DIOE.

www.impressaooficial.pr.gov.br

Dsp. Valdir Rossini  
Presidente

Dsp.  
Prt

Sérgio Brun  
Diretor Financeiro

13/06/2013

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 001/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXIII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Contencioso lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de fevereiro de 2013,

#### DECLARA

Constituída a Comissão Especial, com a finalidade de opinar quanto a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2012, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Pláuto Milt Guimarães e Reil Ferreira, Protocolada sob o nº 1980/12-DAR, que "altera a redação do inciso I do artigo 59, da Constituição do Estado do Paraná". Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Parlamentares: indicados pelo PMDB: Deputado Cabo Quirino, titular e Deputado Alexandre Curi, suplente; indicados pelo Bloco PSDB/PSD: Deputado Francisco Bülter, titular e Deputada Carolina Mara Lima, suplente; indicados pelo DEM: Deputado Pedro Lupion, titular e Deputado Elton Resch, suplente; indicados pelo PT: Deputado Elton Welter, titular e Deputado Tadeu Veneti, suplente; indicados pelo PSD: Deputado Wilson Quinteiro, titular e Deputado Hermano Brandão Jr, suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado WILSON QUINTEIRO e a Relatoria atribuída ao Deputado ELTON WELTER. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determina que se leve ao presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI  
Presidente

12142/2013

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 330/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO o contido no processo protocolado sob o nº 4481, de 03 de maio de 2012, especialmente as manifestações da Procuradoria Geral e da Diretoria de Pessoal;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 2º, parágrafo único, e 29 da Lei 16.390, de 02 de fevereiro de 2010 que, respectivamente, extinguiu diversos cargos e previram que a Comissão Executiva "regulamentará a regra de cessação de atuação atual, promovendo a compatibilização para o previsto na Lei, bem como disciplinará os casos análogos";

CONSIDERANDO que a coluna "AA" do Anexo V, da referida lei está em desconexão com o contido naquele diploma legal, onde consta que o cargo de Assistente Administrativo ocupa os níveis "A1" a "A11", sendo suprimido os níveis "AA";

CONSIDERANDO que atualmente as duas nomenclaturas estão sendo indevidamente utilizadas, impondo-se a correção dessa situação para que subsista apenas a nomenclatura correta prevista na Lei 16.390/2010, no Anexo I, na Tabela "Área de Serviços Gerais";

CONSIDERANDO por fim que ao aplicar corretamente o Anexo I, na Tabela "Área de Serviços Gerais", e corrigindo-se a nomenclatura utilizada indevidamente para alguns servidores, deve ser compatibilizada também a tabela de vencimentos de todos os cargos de Assistente Administrativo àquela Tabela, adequando-os ao que foi publicado no Portal da Transparência;

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar à Diretoria de Pessoal que, com relação ao cargo de Assistente Administrativo, utilize a nomenclatura "A1" a "A11", conforme previsto na Lei 16.390/2010, obedecendo em cada caso a correspondência de nível.

Art. 2º O presente Ato entra em vigor no dia de

Palácio XIX de Dezembro, 21 de

VALDIR ROSSO

Presidente

PLAUTO

1º Secretário

ADEMIR BIE

2º Secretário

## DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 5252313

Documento emitido em 27/02/2013 09:20:18.

Diário Oficial da Assembleia

Nº 371 | 26/02/2013 | PAG. 3

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar  
o Código Localizador no site do DIOCE.

12142/2013

## Atos de Pessoal

### Diretorias

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 125/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 917, em 04 de fevereiro de 2013, deste Poder,

#### RESOLVE:

Promover a disposição funcional do servidor FRANCISCO EGIDIO BREDÁ, Matrícula nº 40.969, para prestar serviços, a partir de 01/01/2013, junto à SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB, Núcleo Regional de Francisco Beltrão - Unidade de Dois Vizinhos, conforme ofício CEEACC 298/2013, com ônus para o órgão de origem.

#### \*Republicar

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 7 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 131/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 916, em 04 de fevereiro de 2013, deste Poder,

#### RESOLVE:

Promover a disposição funcional do servidor HERCULANO JOSÉ TEIXEIRA, Matrícula nº 40.630, para prestar serviços, a partir de 01/01/2013, junto ao INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER, conforme ofício CEEACC 297/2013, com ônus para o órgão de origem.

#### \*Republicar para corrigir órgão cessionário.

Gabinete da Diretoria de Pessoal, em 15 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 134/2013

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1412, de 18 de fevereiro de 2013, deste Poder,

#### RESOLVE:

Deixar a servidores deste Poder Legislativo  
ATO, Matrícula nº 40.614, de 55 (cinquenta e  
2/2013 a 10/04/2013. Comprovante de licença

de Pessoal, em 18 de fevereiro de 2013.

BRUNO PEROZIN GAROFANI  
Diretor de Pessoal





**PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/2012,  
que altera a redação do Inciso I do Artigo 99, da Constituição Estadual.**

A proposta apresentada tem por objetivo adequar a redação do inciso I, do artigo 99 da Constituição Estadual à Lei Complementar, referida no artigo 93 da Constituição Federal, a Lei Complementar 35/79, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura no Estado Brasileiro.

Inicialmente, é de lembrar que as Propostas de Emenda à Constituição incluem-se entre as matérias sujeitas à disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, em conformidade com o estabelecido nos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno.

Em cumprimento às determinações regimentais a presente Proposta de Emenda à Constituição foi regularmente publicada em Diário Oficial, Edição nº 368, de 21 de fevereiro deste ano, e a sua apresentação foi participada ao Plenário, na forma do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de 25 do mesmo mês. Indicados os membros desta Comissão Especial pelos respectivos líderes dos partidos nela representados, a Comissão foi constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 001/2013, publicado no Diário Oficial do dia 26, também do mês de fevereiro.

Verificou-se ainda, preliminarmente, a não existência de óbices quanto à sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

No prazo regimental, assinalado pelo Artigo 190, não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares.

De observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

- Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:**  
**I – de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;**  
**II – do Governador do Estado;**



**III- de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.**

Condição observada conforme se verifica à simples vista do original da Proposta apresentada.

Quanto à técnica legislativa, a proposta de emenda constitucional está também em conformidade com as disposições da Lei Complementar 95/98.

A Proposta de Emenda à Constituição do Estado, quanto ao seu mérito, foi apresentada com o objetivo de corrigir inconstitucionalidade verificada na Constituição Estadual, em face da Magna Carta Nacional, no que respeita à restrição estabelecida no inciso I, do seu artigo 99, que circunscreve tão somente aos Desembargadores integrantes do Órgão Especial a possibilidade de oferecer seu nome para concorrer nas eleições para os cargos dos órgãos diretivos do Tribunal.

O inciso I do artigo 95 da Constituição Estadual, trata da eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entretanto, é defeso ao Poder Constituinte decorrente disciplinar a respeito, eis que há reserva constitucional para o domínio de lei complementar – Estatuto da Magistratura – no que concerne ao processo eleitoral nos tribunais.

Portanto, o que objetiva a Proposta de Emenda à Constituição é compatibilizar o texto constitucional e ampliar a prática democrática de escolha dos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que, num processo de simetria com Ministério Público e com o Judiciário de outros Estados, como defendido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o universo de seus integrantes possa se tornar elegível a sua Cúpula Diretiva.

O inciso I, do referido Art. 99, contém comando que restringe a possibilidade para os demais desembargadores, membros do Tribunal de Justiça, de serem eleitos aos cargos diretivos, consagrando uma verdadeira distorção entre iguais.

Esta restrição não mais se coaduna com a verdade democrática e de princípio isonômico estabelecidos nos tempos atuais, tal seja a de que quanto mais ampla a participação no exercício da gestão da administração pública, mais se atenderá a necessidade vital de construção, ampliação e consolidação da democracia que deve alcançar até mesmo o Poder Judiciário.

Todavia, na forma como apresentadã, a PEC há que ser saneada porque se por um lado corrige a distorção já relatada, por outro incide em nova, na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª LEGISLATURA - 3ª Sessão Legislativa  
Comissão Especial de Reforma da Constituição



medida em que estabelece condições e detalha, quando não deveria, o processo eleitoral no Poder Judiciário.

As eleições nos Tribunais já estão estruturalmente delimitadas no Estatuto da Magistratura, em conformidade com o que determina a Constituição Federal em seus artigos 93 e 96, inciso I.

Assim é que o Substitutivo Geral à PEC 002/2012, retifica o texto inicialmente apresentado para atualizando o texto constitucional, propiciar que qualquer dos integrantes do Tribunal de Justiça possa ser eleito para ocupar seus Órgãos diretivos, abolindo-se, assim, a restrição hoje existente.

### 3. Conclusão

Diante de todo o exposto esta Comissão Especial de Revisão Constitucional apresenta **Parecer Favorável** à Proposta de Emenda Constitucional que lhe foi submetida, **na forma do Substitutivo Geral** em anexo a este parecer

Sala das Comissões em, 04 de março de 2013

Deputado **Wilson Quinteiro**  
Presidente

Deputado **Elton Welter**  
Relator



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa  
Comissão Especial de Reforma da Constituição



## Substitutivo Geral à

### Proposta de Emenda à Constituição nº 002/2012

O presente Substitutivo Geral à PEC 002/12 tem por objetivo alterar a redação proposta em seu artigo 1º, para que o artigo 99 da Constituição do Estado passe a vigorar conforme redação que segue:

**Art. 1º O inciso I do Art. 99 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 99 .....**

*"I – eleger seus órgãos diretivos na forma da lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura; "*

.....

Sala das Comissões em, 04 de março de 2013

  
Deputado **Wilson Quinteiro**  
Presidente

  
Deputado **Elton Welter**  
Relator



Associação de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana; Requerimento nº 1146/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de Rio Negro, pela Festa de Nossa Senhora da Piedade, a ser realizada no dia 10.03.13; Requerimento nº 1167/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações a todas as entidades representativas das mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08.03.13; Requerimento nº 1168/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações pelas festividades referentes ao 468º aniversário do Município de Guaçupeba, comemorado no dia 11 de março; Requerimento nº 1169/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela realização da 6ª Festa Nacional da Cereja, a ser realizada nos dias 08 a 10.03.13; Requerimento nº 1170/13, do Deputado Paranhos, para o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Largo, pela 1ª Caminhada Internacional - Colômbia Polonesa, a ser realizada no dia 09.03.13; Requerimento nº 1173/13 e 1174/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações aos Municípios de Missal e Douro, pelos 30 anos de emancipação política; Requerimento nº 1175/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Colombo, pelos 123 anos de emancipação política; Requerimento nº 1176/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Cornélio Procopio, pelos 75 anos de emancipação política; Requerimento nº 1177/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Campo Largo, pelos 143 anos de emancipação política; Requerimento nº 1178/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Tapira, pelos 46 anos de emancipação política; Requerimento nº 1179/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Araucária, pelos 123 anos de emancipação política; Requerimento nº 1180/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de São João do Triunfo, pelos 65 anos de emancipação política; Requerimento nº 1182/13, do Deputado Wilson Quinteiro, para o envio de voto de congratulações ao Município de Nova Prata do Iguaçu, pelos 34 anos de emancipação política; Requerimento nº 1194/13, do Deputado Aníbal Neto, para o envio de votos de congratulações e aplausos ao Município de Rancho Alegre d'Oeste, pela comemoração de seu 21º aniversário; Requerimento nº 1140/13, do Deputado Maria Tureck, para o envio da expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando que o Departamento dos Estrados do Rodagem do Paraná faça, com urgência, o asfaltamento da estrada que liga a cidade de Campo Mourão ao seu Colégio Agrícola.

Requerimentos com despacho do Presidente: Requerimento nº 1287/13, do Deputado Tadeu Vezari, solicitando a utilização do plenário no dia 02.04.13, no período das 9h às 12h30, para realização da Audiência Pública sobre o processo de implantação da Defensoria Pública no Paraná. (A DPL e o Criminal para providências); Requerimento nº 1288/13, do Deputado Tadeu Vezari, solicitando a utilização do plenário no dia 03.04.13, no período das 9h às 12h30, para realização da Audiência Pública sobre a situação atual da população de rua no Paraná. (A DPL e o Criminal para providências); Requerimento nº 1256/13, do Deputado Bernardo Ribas Corrêa, com apoio dos Deputados Francisco Bührer, Adelfino Ribeiro, Evandro Júnior, Dr. Batista e uma assinatura ilegível, informando que integra o assunto, a partir da presente data, a Liderança do Bloco Parlamentar Municipalista, em substituição ao Deputado César Silveira Filho, tendo como Vice-Líder o Deputado Evandro Júnior. (A Diretoria Legislativa para anotações).

#### JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS

Deferidas conforme acordo de Liderança: Requerimento nº 1127/13, do Deputado Wilson Quinteiro, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25.02.13; Protocolo nº 1128/13, Ofício nº 07/13, do Deputado Fábio Camargo, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 05.02.13; Requerimento nº 1129/13, do Deputado Nelson Garcia, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26.02.13.

Deferida conforme atestado médico: Requerimento nº 1150/13, do Deputado Ney Leprevost, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25.02.13, devido a emergência odontológica.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB): Sr. Presidente, só para registrar meu voto favorável no último item da pauta. Obrigada, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nada mais havendo a tratar, marcamos para Sessão, sempre lembrando aos Srs. Deputados...

DEPUTADO STEPHANES JÚNIOR (PMDB): Presidente, só para registrar meu voto favorável no último projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Sempre lembrando aos Srs. Deputados que amanhã teremos interiorização em Apucarana, às 18h, no Teatro Fênix.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD): Sr. Presidente, a exemplo do Deputado Stephanes Júnior, também registro voto favorável no último projeto. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 440/11 e 435/12; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 129/12; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 398/11, 699/12 e 643/12. "Levanto-se o Sessão", (Sessão encerrada às 16h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno).

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PEC 02/2012

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Wilson Quinteiro, às 18h00min, reuniu-se, na sala de Presidência Anexa ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, para apreciar a Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2012 de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Raul Pereira. Constatada a existência do quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, após um breve relato sobre o proposto que altera a redação do inciso I do artigo 99, da Constituição Estadual do Paraná. Em seguida, passou-se à leitura do relatório do Deputado Elton Welter. Após a leitura do parecer, opinando favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda na forma da Emenda Substitutiva Geral, concluiu-se o Relatório que, submetido, pelo Senhor Presidente, à discussão e votação, foi aprovado parecer favorável à PEC nº 2/2012 na forma de Substitutivo Geral, estando a Proposição de Emenda em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída na Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, a presente Ata foi devidamente lavrada e, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, pelo Relator e demais membros presentes.

Wilson Quinteiro  
Presidente

Elton Welter  
Relator

Francisco Bührer  
Membro Titular

Pedro Lepion  
Membro Titular

Celso Quintana  
Membro Titular

17/03/2013

#### PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002/2012, que altera a redação do inciso I do Artigo 99, da Constituição Estadual.

A proposta apresentada tem por objetivo adequar a redação do inciso I, do artigo 99 da Constituição Estadual à Lei Complementar, referida no artigo 93 da Constituição Federal, e Lei Complementar 35/79, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura no Estado Brasileiro.

Inicialmente, é de lembrar que as Propostas de Emenda à Constituição incluem-se entre as matérias sujeitas à disposições especiais com trânsito diferenciado nesta Casa de Leis, em conformidade com o estabelecido nos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno.

Em cumprimento às determinações regimentais a presente Proposta de Emenda à Constituição foi regularmente publicada em Diário Oficial, Edição nº 368, de 21 de fevereiro deste ano, e a sua apresentação foi participada ao Plenário, na forma do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de 25 do mesmo mês. Indicados os membros desta Comissão Especial pelos respectivos líderes dos partidos nela representados, a Comissão foi constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 001/2013, publicado no Diário Oficial do dia 26, também do mês de fevereiro.

Verificou-se ainda, preliminarmente, a não existência de óbices quanto à sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

No prazo regimental, assinado pelo Artigo 190, não houve a apresentação de Emendas pelas bancadas parlamentares.

De observar, ainda, que a Constituição Estadual ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

**Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:**

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;
- II - do Governador do Estado;
- III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.

Condição observada conforme se verifica à simples vista do original da Proposta apresentada.

Quanto à técnica legislativa, a proposta de emenda constitucional está também em conformidade com as disposições da Lei Complementar 35/79.





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 844/11

Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 1º** A fabricação e a comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender aos requisitos dispostos nesta Lei.

**Art. 2º** Fica estabelecido que, no âmbito do Estado do Paraná, a fabricação de tanque de concreto para a lavagem de roupas deve obedecer ao disposto nas figuras dos Anexos I e II desta Lei.

**Art. 3º** Os fabricantes de tanques de concreto para a lavagem de roupas, ao comercializarem o produto, devem disponibilizar para o consumidor final o respectivo manual de instalação, acrescido de regras de segurança.

**Art. 4º** A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto nº 609, de 23 de julho de 1991, inciso II do art. 23.

**Art. 5º** As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

**Art. 7º** Os efeitos desta Lei entram em vigor após decorridos doze meses de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator







**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 635/12**

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

**Art. 1º** Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I – para compor o Grupo Ocupacional Superior:

- a) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Operações e Segurança;
- b) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Administração de Banco de  
Dados;
- c) 02 (dois) cargos efetivos de Psicólogo;
- d) 01 (um) cargo efetivo de Médico;
- e) 01 (um) cargo efetivo de Arquiteto;
- f) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil;
- g) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Eletricista;
- h) 02 (dois) cargos efetivos de Estatístico;
- i) 01 (um) cargo efetivo de Analista de Sistema;
- j) 04 (quatro) cargos efetivos de Analista de Comunicação;

II – para compor o Grupo Ocupacional Intermediário:

- a) 01 (um) cargo efetivo de Programador;

b) 04 (quatro) cargos efetivos de Técnico em Informática;

c) 40 (quarenta) cargos efetivos de Auxiliar Técnico;

d) 03 (três) cargos efetivos de Técnico em Edificações;

III – para compor o Grupo Ocupacional Básico:

- 20 (vinte) cargos efetivos de Oficial de Promotoria;

IV - 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Comunicação, símbolo DAS-4;

V - 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4;

VI - 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5;

**Art. 2º** Ficam transformados, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) cargos efetivos de Técnico Superior nos seguintes cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior:

I – 12 (doze) cargos efetivos de Auditor;

II – 11 (onze) cargos efetivos de Assistente Social;

III – 08 (oito) cargos efetivos de Administrador;

IV – 02 (dois) cargos efetivos de Pedagogo;

V – 01 (um) cargo efetivo de Arquivista.

**Parágrafo único.** A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 3º** Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 4º** A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º, incisos I a III e o artigo 2º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

**Art. 5º** A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados ou transformados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

**Art. 6º** Os cargos criados ou transformados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, a partir de 1º de janeiro de 2013, observada a

existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 7º** A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.


**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.



ALEXANDRE CURTI  
Presidente



Relator




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

10

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 398/11

Súmula: Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica implantado o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A iniciativa de que trata o caput deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino" aplica-se também na capacitação periódica do corpo docente, proporcionando-lhes palestras, seminários, informativos, ou quaisquer outros, a fim de que aprendam a identificar, inicialmente, os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado da Saúde e da Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino", sendo necessária a criação de equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção, e após identificados os casos, encaminhá-los a um tratamento adequado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA

DEPUTADO ESTADUAL



## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, criar o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Levando em consideração a falta de informação sobre Dislexia, as pessoas tendem a discriminar e não dar o apoio psicológico necessário que elas precisam. Normalmente, as pessoas associam a dislexia à má alfabetização, desatenção, condição sócio econômica, desmotivação e ou baixa inteligência, baseado nesses aspectos. A dislexia é decorrente de uma defasagem no lado esquerdo do cérebro, ela leva ao desenvolvimento de habilidades associadas ao hemisfério direito. O tema dislexia nos interessou pelo fato de entender como aprendemos e o porquê de muitas pessoas inteligentes e até geniais experimentarem dificuldades paralelas em seu caminho diferencial do aprendizado. A dislexia é uma deficiência de aprendizagem na escrita, leitura, soletração, entre outros. Segundo pesquisas realizadas em diversos países, cerca de 17% da população mundial sofre de dislexia. Estudos revelam que de cada 10 crianças em sala de aula, duas são disléxicas. Normalmente, as pessoas associam a dislexia à má alfabetização, desatenção, condição socioeconômica, desmotivação e/ou baixa inteligência. Há 40 definições para estabelecer as causas da dislexia, porém a mais aceita é a que a dislexia não é nada mais do que uma condição genética, que apresenta alterações no padrão neurológico do indivíduo. Sendo assim, a criança herda a dislexia, portanto ela tem algum parente, pai, avô, tio, que também é disléxico. Por estar relacionada a diversos fatores, a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar. Pois uma avaliação desse nível gera condições de um acompanhamento mais efetivo e eficaz das dificuldades, sendo tratado de acordo com as particularidades de cada indivíduo, levando assim a resultados mais consistentes. Quanto mais rápido for o diagnóstico, mais rápido e eficaz será o tratamento desse transtorno, evitando que a criança passe por situações constrangedoras em relação ao modo de falar, escrever, a falta de atenção, entre outros.

A dislexia é mais comum em crianças, mas é possível encontrar esse distúrbio em um adulto. A deficiência não pode ser encarada como motivo de vergonha, pois há diversos casos de pessoas bem sucedidas que sofrem com a dislexia como, por exemplo, Tom Cruise (ator), Agatha Christie (autora), Thomas Edison (inventor), entre outros.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 398/2011



Projeto de Lei n.º 398/2011

Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO DE DISLEXIA. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. POSSIBILIDADE. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE CONTRÁRIO. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO FAVORÁVEL. MATÉRIA EDUCACIONAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Doutor Batista, tem por intuito estabelecer um programa para detecção da dislexia nos estudantes do Estado do Paraná, objetivando direcionar os estudantes portadores desse tipo de deficiência para programas específicos de ensino, auxiliando-os no desempenho escolar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O projeto que ora se analisa pretende identificar, nos alunos do Estado do Paraná, a deficiência da dislexia, enfermidade essa que causa inúmeros problemas, não apenas aos alunos matriculados na rede estadual de ensino, como também ao corpo docente, uma vez que ministrará aulas para alunos tão díspares entre si.

Um aluno portador de dislexia não possui condições de acompanhar o ritmo de aula natural, vez que a dislexia caracteriza-se por uma dificuldade na área da leitura, escrita e soletração. A dislexia costuma ser identificada nas salas de aula durante a alfabetização, sendo comum provocar uma defasagem inicial de aprendizado.

Portanto, é inegável que um aluno portador de dislexia merece atenção especial, sendo encaminhando para escolas específicas, objetivando que seu aprendizado seja pleno; e não é outra intenção senão a do presente projeto.

Corroborando com a importância já mencionada, importante transcrever o Parecer Técnico 902/2011, exarado pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná. Vejamos o contido no parecer:

**"O Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, analisando o Projeto de Lei 398/11, proposto pelo Excelentíssimo Deputado Estadual Dr. Batista, que dispõe sobre a criação do programa denominado Semana de Identificação de Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Paraná é de parecer favorável à regulamentação de referida legislação.**

**Outrossim, ressaltamos o avanço que a mesma representa para a área de Educação Especial, com vistas à Inclusão Educacional"**

Tal parecer foi referendado pelo Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, senhor Flávio Ams, através do Ofício 2025/2001. Vejamos:





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khurama*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**"Somos de parecer favorável à regulamentação da referida legislação, ao mesmo tempo em que ressaltamos o avanço que a mesma representa para a área de Educação Especial, com vistas a Inclusão Educacional"**

Isso posto, trata-se inegavelmente de projeto de lei versando sobre educação e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é competente para legislar acerca desse tema. Vejamos o contido no art. 24 da Carta Magna brasileira:

**Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**IX – educação, cultura, ensino e desporto;**

Não obstante o contido no referido artigo, é importante ressaltar também o contido no art. 53 da Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 53 – Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:**

**XVII – matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;**

E mais, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná prevê, com clareza solar, a competência para legislar acerca do tema. Vejamos:

**Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e dos Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Isso posto, não resta qualquer dúvida acerca da legalidade e da constitucionalidade do projeto de lei apresentado pelo Deputado Dr. Batista, pois legisla sobre matéria concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, a educação, sendo qualquer dos Deputados Estaduais do Paraná legitimados para legislar sobre o tema.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2011

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator



*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Parecer ao Projeto de Lei nº 398/2011.**

**Súmula: Projeto de Lei nº 398/2011**  
– “Cria o Programa semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.”

Trata-se de um Projeto de Lei que: “Cria o Programa semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná”.

O Projeto de lei em tela já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encontrando respaldo da Secretaria de Educação decorrente de baixa de diligência.

Ao analisar mais profundamente o teor do projeto de Lei, e os documentos neles acostados pude verificar que existia uma discrepância entre as informações que foram prestadas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Saúde, para dirimir as duvidas deste relator a respeito dos exames aos quais os alunos da rede deveriam ser submetidos e qual a eficácia dos mesmos, solicitei a baixa em diligência ao Hospital pequeno Príncipe para que pudéssemos receber uma orientação especializada.

O parecer apresentado pelo Dr. Antônio Carlos de Farias, Neurologista Infantil, Pesquisador em Neurociência, consultor em desenvolvimento, comportamento e cognição infantil, com acompanhamento da Professora Dra. Mara Lúcia Cordeiro, Ph.D em neurociência e Coordenadora do núcleo de neurociências do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, elogia o projeto e a criação da Semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino, porem orienta que deveria ser não apenas uma semana mas um programa da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde uma vez que tem como ser diagnosticada e tratada a dislexia e a seu diagnostico precoce favorece a implantação de praticas que auxilia no desenvolvimento das crianças.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Este parlamentar concorda com os Doutos médicos que emitiram o parecer, porem entendendo o limite do legislador, parabeniza a iniciativa do Deputado Dr. Batista e acredita que iniciando com uma semana, poderá chamar atenção para um problema que é muito sério e de grande peso nas escolas.

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das comissões, 27 de Agosto de 2012.

Dep. Luiz Eduardo Cheida

Relator

Presidente em exercício

Evandro Junior



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/11

O Projeto de Lei nº 398/11, em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa emitiram pareceres favoráveis.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a instituição do Programa em apreço busca detectar alunos portadores dessa deficiência de aprendizagem, que é em número significativo, cujo diagnóstico precoce proporcionará mais rapidez no tratamento e resultado.

Diante do exposto, tratando-se de iniciativa de relevante importância para os educandos, manifestamos parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em exame, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

*Presidente*

Atelino RIBEIRO

Deputado TOMINHO WANDSCHEER  
Relator

*Aníbal Khury*







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI N.º 099/DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAR. 2012

*Pranta*  
1º Secretário

**Súmula:** Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

**Art. 1º** O fornecedor de produtos que contenham gravações fonográficas ou videográficas, de jornais, revistas ou publicações, de brinquedos, jogos, artigos para divertimentos ou para esportes e produtos congêneres, cuja exposição para venda ao público deva ser feita de forma lacrada ou não, deverá manter amostra de cada produto sem lacre, a fim de permitir o exame pelo consumidor.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica aos produtos cuja exposição para venda deva ser feita de forma lacrada, por força de lei ou por determinação da autoridade competente.

**Art. 2º** Ficam isentos da obrigação prevista no artigo 1º deste diploma legal os produtos que sejam de circulação diária, como jornais e periódicos, casos em que a disponibilização de amostras para exame do consumidor inviabiliza a atividade econômica envolvida.

**Art. 3º** Eventual infração das disposições desta lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no artigo 56 da lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Art. 4º** O PROCON-PR, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, fica instituído como órgão responsável pela fiscalização, regulamentação e execução desta lei.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2012.

Assinatura manuscrita de Bernardo Ribas Carli, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma longa horizontal superior.

**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Deputado Estadual



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**JUSTIFICATIVA**

A previsão legal que torna obrigatório a disposição, por parte dos fornecedores, de amostras sem lacre dos produtos à venda, para o devido exame e consulta dos consumidores antes da efetivação da compra, segue o disposto na Constituição Federal, mais especificamente em seu artigo 5º, XXXII, que prevê a promoção da defesa do consumidor como sendo uma função do Estado.

A disponibilização de amostra dos produtos elencados pelo presente projeto possibilita ao consumidor a garantia do acesso ao conteúdo dos produtos, ao conhecimento de suas condições e a respectiva ciência do que está adquirindo.

Desta forma, a propositura legislativa tem o intuito de garantir o livre conhecimento dos consumidores antes da efetivação da compra, uma vez que a natureza dos produtos elencados por si só demanda uma análise prévia a respeito do conteúdo disponibilizado.

No que tange a competência legislativa, para a propositura do presente projeto de lei, ateste-se que o artigo 13, VIII, da Constituição do Estado do Paraná prevê a competência do Estado, concorrentemente com a União, para legislar acerca de questões de promoção da defesa dos direitos do consumidor.

Pelo exposto, comprovada a importância da proposição legislativa em voga para a promoção da defesa dos direitos do consumidor e a competência deste Poder Legislativo em legislar sobre a matéria abordada, requer-se o apoio o apoio dos Deputados dessa casa na sua aprovação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/12**

Projeto de Lei nº 099/12

Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA.  
AMOSTRA DE PRODUTOS SEM LACRE.  
DIREITO DO CONSUMIDOR À  
INFORMAÇÃO ADEQUADA SOBRE  
PRODUTOS. ART. 6º, INCISOS III E IV,  
CDC. PARECER TÉCNICO DO PROCON -  
FAVORÁVEL. PARECER TÉCNICO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA,  
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -  
FAVORÁVEL - PROJETO DE LEI  
NECESSÁRIO E PERTINENTE.  
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL  
NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA  
ANEXA.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, visa tornar obrigatório aos fornecedores de produtos que contenham gravações fonográficas ou

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

Concedido vista.

Em 23 / 10 / 2012  
*Carla Antônia*  
66J



videográficas, de jornais, revistas ou publicações, de brinquedos, jogos, artigos para divertimentos ou para esportes e produtos congêneres, cuja exposição para venda ao público deva ser feita de forma lacrada ou não, deverá manter amostra de cada produto sem lacre, a fim de permitir o exame pelo consumidor.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**(...)**

**V – produção e consumo;**





No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,  
conforme artigo 13, inciso V:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente  
com a União, legislar sobre:**

(...)

**V - produção e consumo;**

Ademais, a norma do Art. 6º, incisos III e IV do CÓDIGO DE DEFESA  
DO CONSUMIDOR, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, prevê o direito à  
informação adequada, bem como, a proteção contra a publicidade enganosa, conforme  
segue:

**Art. 6º São direitos básicos do consumidor:**

(...)

**III - a informação adequada e clara sobre os  
diferentes produtos e serviços, com  
especificação correta de quantidade,  
características, composição, qualidade e preço,  
bem como sobre os riscos que apresentem;**

**IV - a proteção contra a publicidade enganosa e  
abusiva, métodos comerciais coercitivos ou  
desleais, bem como contra práticas e cláusulas  
abusivas ou impostas no fornecimento de  
produtos e serviços;**

(...)

Conforme justificativa do autor "a disponibilização de amostra dos  
produtos elencados pelo presente Projeto possibilita ao consumidor a garantia do acesso  
ao conteúdo dos produtos, ao conhecimento de suas condições e a respectiva ciência do  
que está adquirindo."



Neste sentido, manifestou-se o PROCON sendo a favor da aprovação do presente Projeto, afirmando: *"é imprescindível que o Poder Público crie mecanismo a fim de garantir a efetivação dos direitos dos consumidores, principalmente no que diz respeito ao direito básico que é a informação prévia anterior a aquisição dos produtos"*, conforme cita o parecer técnico da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS que corrobora de igual forma, manifestando-se sobre o presente Projeto de Lei como *"necessário e pertinente"*, conforme anexo.

Dessa forma, o objetivo do Projeto em tela é garantir, aos consumidores, o livre conhecimento dos produtos antes da efetivação da compra, sendo, assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, observa-se do Art. 4º do Projeto em tela a interferência no Poder Executivo quando atribui, ao PROCON, a responsabilidade de fiscalização, regulamentação e execução da lei, motivo pelo qual sugere-se a **Emenda supressiva anexa**, com fulcro no artigo 137, § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar tais vícios.

Assim, da mesma forma, sugere-se a **Emenda supressiva**, anexa.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda supressiva, em anexo.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 099/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda supressiva, a fim de suprimir o Art. 4º do presente Projeto e renumerar o Art. 5º para Art. 4º, passando a contar com a seguinte redação:

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2012.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/2012

**Súmula:** Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

**Autor:** Deputado Bernardo Ribas Carli

**Justificativa:** garantir ao consumidor acesso ao conteúdo do produto e às informações necessárias para a sua segura aquisição

**Parecer Favorável:** Comissão de Constituição e Justiça (com emenda supressiva).

### PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

**"Art.33-P** Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar facilitar o acesso às informações necessárias para uma segura e consciente aquisição de produtos.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro





Cumprе ressaltar que a medida, inclusive, garante maior transparência na relação entre o fornecedor do produto e o consumidor, que não poderá alegar ignorância quanto aos detalhes do bem adquirido.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de DEZEMBRO de 2012.

  
**Deputado Paranhos**  
Presidente

  
**Deputada Rose Litro**  
Relatora

  
Péricles M.

  
P. Lupion

  
Adelfino R.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Indústria e Comércio**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/2012**

**Súmula:** Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

**Autor:** Deputado Bernardo Ribas Carli.  
**Relator:** Deputado Toninho Wandscheer.

**JUSTIFICATIVA:** determina que as fornecedoras são obrigadas a manter amostras de jogos e brinquedos sem lacre, abertos, para que possam ser testados pelo consumidor;

- Todo produto deve trazer informações adequadas, claras e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, origem, composição, preço e garantia.

**PARECERES FAVORÁVEIS:** Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Finanças.

**CONCLUSÃO:** Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Indústria e Comércio



  
DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
Presidente

  
DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER.  
Relator

~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 643/12

**SÚMULA:** Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**Art. 1º.** Fica criada a estrutura denominada "Gabinete do Juízo" em cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Paraná, integrada por servidores do Quadro de Pessoal de 1.º Grau de Jurisdição, servidores comissionados e estagiários, nos termos desta Lei e de regulamentação expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça.

**Art. 2º.** Nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária o Gabinete do Juízo será composto 01 (um) um servidor do Quadro de Pessoal de 1.º Grau de Jurisdição, desde que bacharel em Direito, por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

**Art. 3º.** Nas Comarcas de Entrância Final o Gabinete do Juízo será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, de simbologia 3-C, acrescido da composição do artigo 2º desta Lei.



**Art. 4º.** O Gabinete do Juiz de Direito Substituto será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

**Art. 5º.** As atribuições básicas dos servidores lotados no Gabinete do Juízo são as constantes do Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** As atribuições dos servidores previstas no Anexo I desta Lei não excluem aquelas previstas no Anexo X da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que deverá ser observado em todos os casos.

**Art. 6º.** O ocupante de cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, Assistente II de Juiz de Direito serão lotados, obrigatoriamente, no Gabinete do Juízo.

**Art. 7º.** O magistrado substituto utilizará a estrutura do Gabinete do Juízo da Serventia para a qual estiver designado, em substituição ou auxílio.

**Parágrafo único.** No caso de vacância de magistrado, os servidores efetivos e comissionados, bem como os estagiários de Direito, lotados no Gabinete do Juízo permanecerão em suas funções até que o novo magistrado redefina a composição.

**Art. 8º.** Caberá ao magistrado superintender, pessoalmente, o funcionamento do Gabinete e da Serventia, vedada a delegação.

**Art. 9º.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá propor a ampliação da estrutura do Gabinete do Juízo mediante aprovação do Órgão Especial, desde que exista prévia disponibilidade orçamentária, nos

termos do artigo 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 10.** O Presidente do Tribunal, ouvida a Corregedoria-Geral da Justiça, regulamentará, por decreto judiciário, as atribuições e demais aspectos inerentes às atividades do Gabinete do Juízo.

**Art. 11.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

**ANEXO I**

**ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS LOTADOS NO GABINETE DO JUÍZO**

**Art. 1.º** Aos servidores lotados no Gabinete do Juízo incumbe:

- I - elaborar relatórios e minutas de atos;
- II - lançar no sistema informatizado os despachos, decisões, audiências e sentenças, todos na íntegra, provendo as respectivas publicações, quando for o caso;
- III - auxiliar o magistrado na realização de atos que envolvam a utilização de sistemas informatizados e adotar todas as providências necessárias à sua efetivação por meio eletrônico;
- IV - atender previamente todas as pessoas que pretenderem ser recebidas pelo magistrado, sem impedir-lhes, todavia, o acesso direto, quando for o caso;
- V - organizar, segundo os critérios estabelecidos, processos judiciais remetidos à conclusão ao magistrado, em meio físico ou eletrônico;





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



- VI - pesquisar legislação, jurisprudência, normas e conteúdos doutrinários;
- VII - gerir materiais e serviços do gabinete;
- VIII - manter em ordem arquivos de correspondência e registros das atividades do gabinete;
- IX - receber ofícios em agravo de instrumento, pedidos de informação em mandados de segurança, *habeas corpus* e quaisquer outros procedimentos, certificando o atendimento tempestivo às solicitações;
- X - elaborar, sob a supervisão do magistrado, relatórios estatísticos, planilhas de movimentação forense, gráficos e documentos similares.



# ESTADO DO PARANÁ

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei "Dispõe sobre a criação da estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e dá outras providências".

A presente proposição tem por objetivo possibilitar ao magistrado uma estrutura digna de trabalho de modo a dotá-lo de uma melhor organização e consequente aumento de produtividade.

O anteprojeto encontra justificativa na imperiosa necessidade de redesenhar a estrutura funcional dos gabinetes dos magistrados, de forma a promover o adequado cumprimento de sua missão institucional.

Assim, com a crescente busca pela otimização do trabalho desenvolvido, a proposta se apresenta como uma forma de instrumentalizar os magistrados de primeiro grau de recursos humanos indispensáveis à prestação jurisdicional no desempenho cotidiano das funções institucionais.

A partir da informatização dos sistemas processuais a demanda de atividades inverteu-se. No sistema antigo, dos processos físicos, havia grande necessidade de servidores a serem empregados em funções tipicamente cartoriais e burocráticas; agora, o que se requer é um maior número de servidores capazes de auxiliar o magistrado em suas atividades cotidianas, tendo em vista a drástica velocidade com que os atos processuais se realizam pelos meios eletrônicos.

Este dinamismo do processo virtual tem apontado para uma possível obstrução e concentração de atividades burocráticas na mão do magistrado, as quais podem, e devem, ser delegadas a auxiliares, sob a supervisão e controle do magistrado, de modo a tornar eficiente e produtiva a função judicante.

Relevante destacar que a presente proposição não conta com estudo de impacto financeiro/orçamentário por não representar aumento de despesas. Não há criação de cargos.

Afinal, a presente proposta limita-se a criar a estrutura administrativa do Gabinete do Juízo, possibilitando que todos os cargos já disponibilizados ao 1º Grau de Jurisdição tenham a lotação correspondente ao local de atuação.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovado, por maioria, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.  
Of. nº 1.671/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em 12/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

*mauro*  
**1º Secretário**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

*Miguel Kfour Neto*  
**MIGUEL KFOUR NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/12**

**Projeto de Lei nº. 643/12**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO GABINETE DO JUÍZO. PRIMEIRO GRAU. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a estrutura denominada "Gabinete do Juízo" em cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Paraná, integrada por servidores do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, servidores comissionados e estagiários.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal:

**Art. 96. Compete privativamente:**

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça da criação de sua estrutura funcional, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto não acarreta aumento de despesas.

Vistumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.





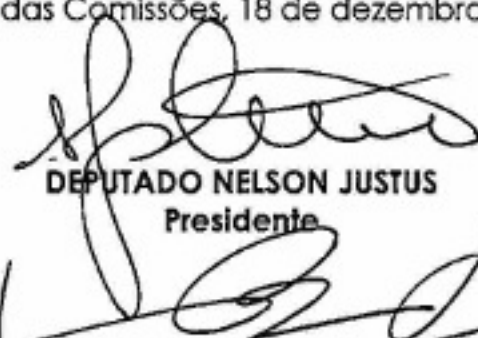
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*






**CONCLUSÃO**

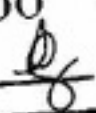
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR**  
Relator

  
  
  
**APROVADO**

18.12.12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1671/12 que dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Júnior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual em seu art. 101 determina que é da competência privativa do Tribunal de Justiça, através de seus órgãos propor matérias como a presente.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da justificativa do autor informando que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração proposta não implicar em aumento de despesas.


Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EMÍLIO VERRINI  
RELATOR

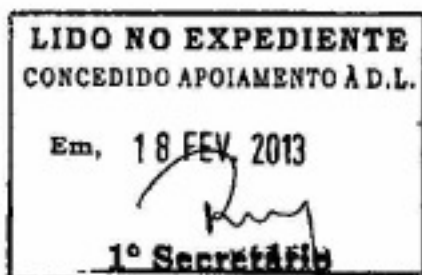
  
Assinatura de outro deputado, com o nome "Bier" visível no final da assinatura.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



**PROJETO DE LEI Nº 42/2013**




**Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Barbosa.**

**Art. 1º** Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Barbosa, Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2013

  
**VALDIR ROSSONI**  
Presidente



### JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado Paraná ao Ministro Joaquim Barbosa que, hoje, pelos seus grandes e próprios méritos, é o Presidente da mais alta Corte Jurisdicional do nosso País, o Supremo Tribunal Federal.

Justifica-se a Proposição pela simples menção de seu nome. Nome que dignificou e dignifica ainda mais a Justiça do Brasil, nome que é sinônimo de combate à impunidade, nome que é sinônimo de coragem no enfrentamento das poderosas e perniciosas barreiras que se opuseram às suas convicções de justiça, de cumprimento da constituição e das normas repressoras do crime, notoriamente, os de "colarinho branco".

Joaquim Barbosa evoca e resgata em cada cidadão a confiabilidade e a credibilidade no Judiciário, tanto no meio jurídico como nas mais diversas classes profissionais e sociais do nosso país.

Como Ministro do Supremo Tribunal Federal, Barbosa resgatou a tão combatida confiança do cidadão na justiça brasileira, e levou a esperança de justiça ao cidadão comum, ao contribuinte, que é aquele que sustenta as estruturas políticas, administrativas e judiciais do país.

Joaquim Barbosa é merecedor da homenagem que se propõe em nome do Estado Paranaense como reconhecimento pela sua história de lutas e conquistas que orgulham cada um de nós, cidadãos deste Estado. Suas atitudes firmes em favor da justiça, da ética e da cidadania certamente servirão de inspiração e exemplo e permanecerão enraizadas aqui no Paraná.

Transcreve-se a seguir breve perfil do homenageado:

### MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

*"Antes de sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Joaquim Barbosa exerceu vários cargos na Administração Pública Federal. Foi membro do Ministério Público Federal de 1984 a 2003, com atuação em Brasília (1984-1993) e no Rio de Janeiro (1993-2003); foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde (1985-88); foi Advogado do Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO (1979-84); foi Oficial de Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores (1976-1979), tendo servido na Embaixada do Brasil em Helsinkí, Finlândia; foi compositor gráfico do Centro Gráfico do Senado Federal.*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



*Paralelamente ao exercício de cargos no serviço público, manteve estreitas ligações com o mundo acadêmico. É Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade de Paris-II (Panthéon-Assas), onde cumpriu extenso programa de doutoramento de 1988 a 1992, o qual resultou na obtenção de três diplomas de pós-graduação. Cumpriu também o programa de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília (1980-82), que lhe valeu o diploma de Especialista em Direito e Estado por essa Universidade.*

*É Professor licenciado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde ensinou as disciplinas de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Foi Visiting Scholar (1999-2000) no Human Rights Institute da Columbia University School of Law, New York, e na University of California Los Angeles School of Law (2002-2003).*

*É assíduo conferencista, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi bolsista do CNPq (1988-92), da Ford Foundation (1999-2000) e da Fundação Fullbright (2002-2003).*

*É autor das obras "La Cour Suprême dans le Système Politique Brésilien", publicada na França em 1994 pela Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence (LGDJ), na coleção "Bibliothèque Constitutionnelle et de Science Politique"; "Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade. O Direito como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA", publicado pela Editora Renovar, Rio de Janeiro, 2001; e de inúmeros artigos de doutrina.*

*Nasceu em Paracatu, MG, onde fez os estudos primários no Grupo Escolar Dom Serafim Gomes Jardim e no Colégio Estadual Antonio Carlos. Coursou o segundo grau no Colégio Elefante Branco, de Brasília. Fez também estudos complementares de línguas estrangeiras no Brasil, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Áustria e na Alemanha."*

*Pelas razões expostas, que são de conhecimento geral, é que submeto à Casa esta proposição de lei para conceder ao Ministro Joaquim Barbosa o mais elevado Título Honorífico do Estado do Paraná.*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2013**

**Projeto de Lei nº 42/2013**

**Autores: Deputado Valdir Rossoni**

**Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR JOAQUIM BARBOSA.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor JOAQUIM BARBOSA.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.  
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



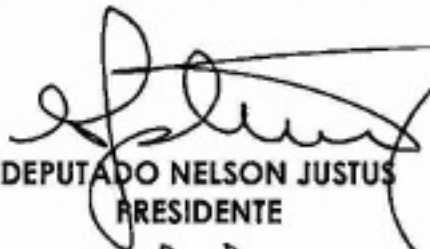
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

**APROVADO**

*unanimite 26.02.13*

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

1º Secretário

VETO PARCIAL Nº 01/2013

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 11/12/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 337/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 934/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 934/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 5º.

O não acolhimento ao referido dispositivo decorre do fato de adentrar em tema atinente a diretrizes educacionais, o que é competência privativa da União (art. 22, XXIV), da Constituição Federal), implicando no reconhecimento da inconstitucionalidade do mesmo. Vejamos:

*"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*.....*

*XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;"*

Considerou-se também que o art. 5º fere o princípio da proporcionalidade, pois sua sanção implicaria em alteração significativa de práticas de ensino já para o ano de 2013.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 11.722.672-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



## Lei nº. 17442



Data 26 de dezembro de 2012

Súmula Dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná.

### *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, estabelecida pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deverá ser divulgada de forma explícita e clara, para todos os alunos e funcionários das Universidades e Colégios do Estado do Paraná.

**§ 1º** Entre os alunos das Universidades a que se refere o art. 1º desta Lei incluem-se os da graduação, mestrado e doutorado.

**§ 2º** Os cidadãos que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal.

**Art. 2º** A informação a que se refere o art. 1º desta Lei poderá ser feita através de cartazes nas Universidades e Colégios, e pela informação dos orientadores da atividade, de forma a que confirme a ciência de todos.

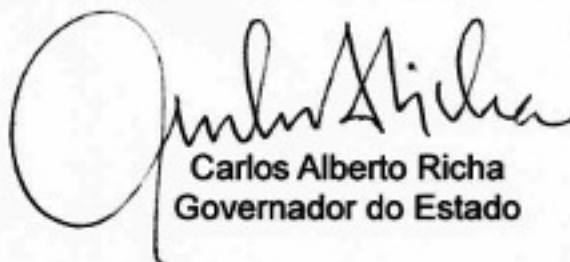
**Art. 3º** As Universidades deverão estipular como facultativa a frequência às práticas nas quais estejam previstas atividades de experimentação animal, sem qualquer prejuízo da avaliação acadêmica do aluno.

**Art. 4º** Os funcionários do estabelecimento que fizerem uso da objeção de consciência não poderão sofrer qualquer supressão ou desconto no salário, bem como diferencial perante os demais funcionários que não a fizerem.

**Art. 5º** ...Vetado...

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de dezembro de 2012.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Jonel Nazareno Iurk  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Loriane Leisli Azeredo  
Chefe da Casa Civil, em exercício

Marcelo Rangel  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 934/11** (Autoria do Deputado Marcelo Rangel)

Dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** A cláusula de escusa de consciência à experimentação animal, estabelecida pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deverá ser divulgada de forma explícita e clara, para todos os alunos e funcionários das Universidades e Colégios do Estado do Paraná.

§ 1º Entre os alunos das Universidades a que se refere o art. 1º desta Lei incluem-se os da graduação, mestrado e doutorado.

§ 2º Os cidadãos que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal.

**Art. 2º** A informação a que se refere o art. 1º desta Lei poderá ser feita através de cartazes nas Universidades e Colégios, e pela informação dos orientadores da atividade, de forma a que confirme a ciência de todos.

**Art. 3º** As Universidades deverão estipular como facultativa a frequência às práticas nas quais estejam previstas atividades de experimentação animal, sem qualquer prejuízo da avaliação acadêmica do aluno.

**Art. 4º** Os funcionários do estabelecimento que fizerem uso da objeção de consciência não poderão sofrer qualquer supressão ou desconto no salário, bem como diferencial perante os demais funcionários que não a fizerem.

**Art. 5º** No âmbito dos cursos, deverão ser previstas, a partir do início do ano acadêmico sucessivo à data de vigência da presente Lei, modalidades alternativas de ensino que não prevejam atividades ou intervenções de experimentação animal, a fim de estimular a progressiva substituição do uso de animais.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

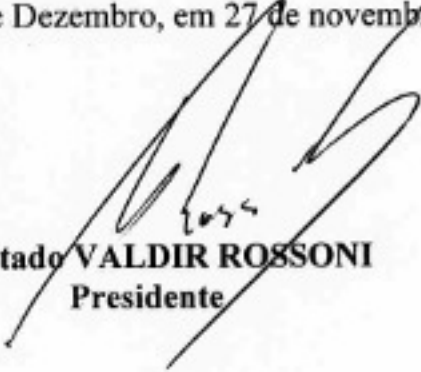


Projeto de Lei nº 934/11

fls.2.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 27 de novembro de 2012.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário

ACC/GCS/



Projeto de Lei nº 934/11

fls.3.

## JUSTIFICATIVA

A cláusula de Escusa ou Objeção de Consciência trata de um direito constitucional, previsto também na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O presente Projeto de Lei visa informar alunos, funcionários e cidadãos em geral sobre a existência dessa cláusula, pois apesar de ser direito previsto na Constituição Federal, não atinge a todos devido a desinformação.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”;

O tema referente à Proteção Animal vem sendo cada vez mais debatido em diversos âmbitos da sociedade e, conseqüentemente, as discussões sobre a realização de experiências com animais, bem como de técnicas cirúrgicas. A cláusula de objeção de consciência demonstra-se imprescindível no que tange a esses debates, pois assegura a liberdade de expressão de cada cidadão, bem como a não realização de condutas contrárias à sua opinião e à sua consciência.

A disponibilização da informação a todos sobre a existência dessa cláusula nas universidades e colégios do Estado, através de cartazes e da livre manifestação, irá assegurar mais esse direito aos alunos, sem prejuízo algum de sua trajetória acadêmica.

Diante do exposto, considerando a importância do presente Projeto, pede-se o apoio e a sua consequente aprovação.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 934/2011, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos colégios e universidades do Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 934/11, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos colégios e universidades do Estado do Paraná, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 934/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **05 de dezembro de 2012**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 01/2013, foi exarada em data de **26 de dezembro de 2012**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



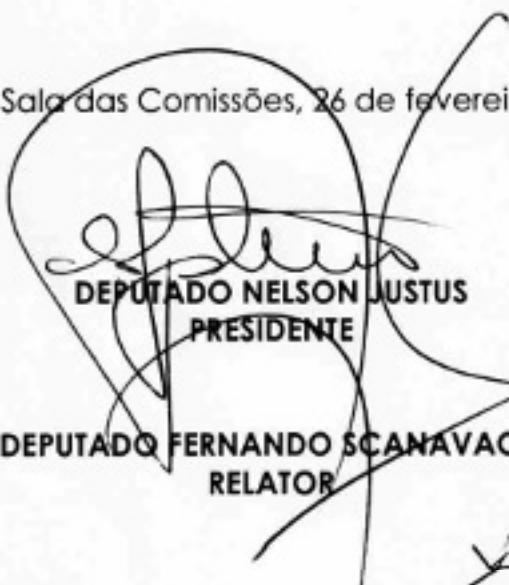
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**







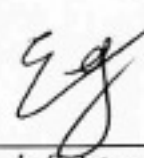
**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**

Unanimemente 26.02.13  
Assinatura:



I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, \_\_\_\_\_

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

DE/CTI/CC nº 25 /2013.

Curitiba, 03 de janeiro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

**1º Secretário**

**VETO TOTAL Nº 02/2013**

Publicada no Diário Oficial

Nº 4869 d. 03/01/13

Republicada no Diário Oficial

Nº \_\_\_\_\_ d. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 371/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 960/2011, por considerá-lo inconstitucional, conforme os motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 960/2011, de autoria parlamentar, dispõe que os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo vinte minutos.

O não acolhimento da proposta deve-se a existência de inconstitucionalidade material, tendo em vista que o projeto de lei fere o princípio da livre iniciativa, inserto no art. 170 da Lei Fundamental, imiscuindo-se indevidamente em atividade privada.

Ademais, parte da proposta, ao determinar a obrigatoriedade de regulamentação da lei e o órgão responsável pela sua fiscalização, impõe obrigações indevidas ao Poder Executivo, violando o princípio da separação de poderes. Diversas são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, como na ADI 2.393, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 28-3-2003, na ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000 e na ADI 3.394, Rel. Min. Eros Grau, DJE de 15-8-2008.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.722.890-8



**Projeto de Lei nº 960/11**  
**(Autoria do Deputado Evandro Junior)**



Dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo vinte minutos.

**Art. 2º** A presente Lei não se aplica aos bares, casas noturnas e similares que:

I – atendam todos os seus consumidores exclusivamente sentados, agrupados em mesas;

II – a cobrança seja realizada diretamente ao cliente em sua respectiva mesa.

**Art. 3º** O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 4º** Caberá ao PROCON-PR a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

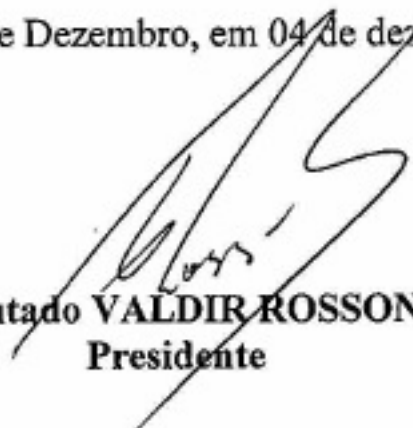


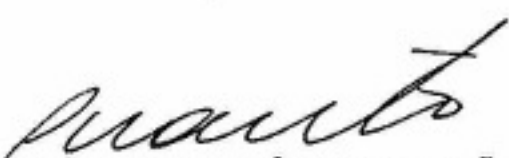
Projeto de Lei nº 960/11

fls.2.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04 de dezembro de 2012.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
**Presidente**

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
**1º Secretário**

  
**Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR**  
**3º Secretário**



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 02/2013

*Autor: PODER EXECUTIVO*  
*Relator: Deputado PEDRO LUPION*

*Súmula: Veta o Projeto de Lei nº 960/2011, de autoria do Deputado Evandro Júnior, que dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que específica.*

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO - TEMPESTIVIDADE NOS TERMOS NO ARTIGO 71, §1º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO - PARECER FAVORÁVEL.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n. 960/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Júnior, que dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos nele especificados, foi vetado Pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

Em breve síntese, o Exmo. Sr. Governador afirma no veto encaminhado a esta Casa Legislativa que entende que a matéria é inconstitucional uma vez que fere diretamente o princípio da livre iniciativa, nos termos do artigo 170 da Constituição



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



da República, bem como, o Projeto de Lei impõe obrigações indevidas para o Poder Executivo, violando o princípio da separação de poderes.

Uma vez encaminhado o Veto a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do artigo 71 da Constituição Estadual o Governador do Estado, quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento, senão vejamos:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia [sic] Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia [sic] Legislativa os motivos do veto.*

Desta forma, o presente parecer deve se limitar em verificar a tempestividade do veto, bem como, verificar se o mesmo está devidamente acompanhado de seus motivos.



**PODER LEGISLATIVO**  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Conforme consta, o Projeto de Lei n. 960/11 foi enviado a sanção e recebida na data de 10 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determina a CE. Ainda, o veto foi exarado no dia 03 de janeiro de 2013, sendo dessa forma tempestivo.

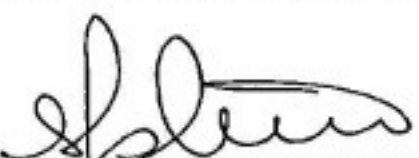
Pelo exposto, dentro da competência regimental desta Comissão de Constituição e Justiça, o parecer é favorável considerando que o veto se encontra tempestivo, bem como encaminhado a esta Casa de Leis acompanhado da respectiva fundamentação.

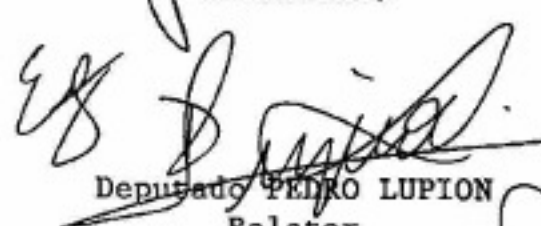
É O VOTO.

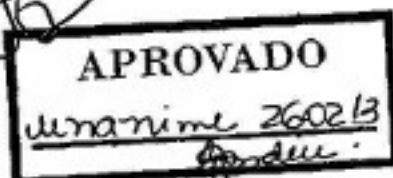
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez conferida a constitucionalidade da preposição de veto nº 02/2013, me posiciono FAVORAVÉL ao encaminhamento deste ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator





**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV 2013

1º Secretário



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 057 /2013.

Curitiba, 11 de janeiro de 2013.

VETO PARCIAL Nº 07/2013

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 30/01/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 438//2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 489/2012, por considerar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 489/2012, de autoria deste Poder Executivo, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso I do artigo 4º.

Verificando os dispositivos do projeto de lei aprovado por essa Assembleia Legislativa, constatei que o artigo 4º, inciso I, ao incluir o enfoque biocêntrico nos princípios básicos de educação ambiental, incorreu em inconstitucionalidade formal orgânica, senão veja-se.

Segundo Guillermo Foladori, citado no Parecer nº 36/2012 – PGE, da lavra da douta Procuradora do Estado, Ana Cláudia Bento Graf, o biocentrismo ou ecocentrismo é uma das vertentes do ambientalismo, com muitas variações, segundo a qual os interesses humanos não definem todo o horizonte de valores, pois haveria valores naturais ou intrínsecos criados pela evolução, que os seres humanos deveriam respeitar. A natureza é considerada uma esfera separada ou justaposta à sociedade humana, sendo que a parte natural impõe um critério de comportamento à parte social<sup>1</sup>.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 10.671.261-1

<sup>1</sup> FOLADORI, Guillermo. *Una Tipología del Pensamiento Ambientalista*. 2001, p. 85.  
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Nesse sentido, conforme manifestado no Parecer nº 36/2012 – PGE, que serviu de embasamento para a versão final do anteprojeto de lei enviado por mim a essa Casa de Leis, *“a previsão do enfoque biocêntrico como um dos princípios da educação ambiental no Estado do Paraná, com a exclusão dos outros enfoques possíveis, revela-se contrária ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto”*.

Por outro lado, o enfoque biocêntrico não se encontra dentro dos princípios básicos elencados na Lei Nacional nº 9.795/1999, que trata sobre as normas gerais sobre educação ambiental, e que, portanto, deve ser obrigatoriamente observado pelos demais entes federados<sup>2</sup>.

Consequentemente, por se tratar de normas gerais, o Estado-membro deve obediência a tais normas, quando fixadas em lei de caráter nacional. Nesse sentido, não caberia ao ente federado incluir outros princípios básicos – de cunho geral, cuja competência pertence à União – em legislação estadual que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, pois conforme determina o artigo 24 da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

<sup>2</sup> Lei Federal nº 9795/1999 (...) Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

**§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (Grifado)**

Sabe-se que nesse condomínio legislativo, a União possui a prevalência na expedição de normas gerais, devendo os demais entes observá-las na edição de sua legislação. Assim já se manifestou o Supremo Tribunal Federal sobre o assunto:

(...) Repartição das Competências Legislativas. CF arts. 22 e 24. Competência concorrente dos Estados-membros. Produção e consumo (CF, art. 24, V); proteção de meio ambiente (CF, art. 24, VI); e proteção e defesa da saúde (CF, art. 24, XII). No sistema da CF/88, como no das anteriores, a competência legislativa geral pertence à União Federal. A residual ou implícita cabe aos Estados que "podem legislar sobre as matérias que não estão reservadas à União e que não digam respeito à administração própria dos Municípios, no que concerne ao seu peculiar interesse" (Representação nº 1.153-4/RS, voto do Min. Moreira Alves). O espaço de possibilidade de regramento pela legislação estadual, em casos de competência concorrente abre-se: (1) toda vez que não haja legislação federal, quando então, mesmo sobre princípios gerais, poderá a legislação estadual dispor; e (2) **quando, existente legislação federal que fixe os princípios gerais, caiba complementação ou suplementação para o preenchimento de lacunas, para aquilo que não corresponda à generalidade; ou ainda, para a definição de peculiaridades regionais.** Precedentes. 6. Da legislação estadual, por seu caráter suplementar, se espera que preencha vazios ou lacunas deixados pela legislação federal, não que venha dispor em diametral objeção a esta. (...) (ADIMC 2396/MS, rel. Min. Ellen Gracie)

No caso em análise, ao incluir como princípio básico da educação ambiental o enfoque biocêntrico, o artigo 4º, inciso I invadiu a competência da União para legislar sobre normas gerais sobre proteção ao meio ambiente e educação, incorrendo em inconstitucionalidade formal



orgânica, por violação ao artigo 24, inciso VI, IX e § 1º e 2º da Constituição Federal.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado



Lei nº. 17505



Data 11 de janeiro de 2013

Súmula Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** A Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná é criada em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

**Art. 2º** Entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade de forma participativa constroem, compartilham e privilegiam saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos voltados ao exercício de uma cidadania comprometida com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as espécies.

**Art. 3º** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o compromisso de desenvolver a sustentabilidade, o respeito e a valorização da vida em todas as suas formas de manifestação, na presente e nas futuras gerações.

**CAPÍTULO II  
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL**

**Art. 4º** São princípios básicos da educação ambiental:

I – ...Vetado...;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do





diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, a comunicação, o trabalho, a cultura, as práticas socioambientais e a qualidade de vida;

V – a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos, grupos e segmentos sociais;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o diálogo e reconhecimento da diversidade cultural, de saberes, contextos locais e suas relações que proporcionem a sustentabilidade;

IX – a equidade, justiça social e econômica;

X – o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da participação da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais;

XI – a coerência entre discurso e prática no cotidiano, para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Art. 5º** São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – desenvolver práticas integradas que contemplem suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, éticos, psicológicos, legais e ecológicos;

II – divulgar e socializar as informações socioambientais;

III – estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais;

IV – promover e incentivar o envolvimento e a participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável, como um valor inseparável do direito e do exercício da cidadania, visando à promoção da saúde ambiental;

V – estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado do Paraná, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção integrada de sociedades sustentáveis, fundamentada nos princípios da solidariedade, liberdade de ideias, democracia, responsabilidade, participação, mobilização e justiça social;

VI – fomentar e fortalecer a integração com a ciência, as tecnologias apropriadas e os saberes tradicionais e inovadores, tendo como base a ética de respeito à vida, assegurados os princípios desta Lei;





VII – fortalecer a democracia, a cidadania, a mobilização, a emancipação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro de todos os seres que habitam o planeta.

### CAPÍTULO III

#### POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 6º** São instituídas a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental como partes do processo educativo e da gestão ambiental ampla no Estado do Paraná, ressaltando que todos têm direitos e deveres em relação à educação ambiental, sendo a sua realização e coordenação de competência do Poder Público, por meio das secretarias de estado, com a colaboração de todos os órgãos públicos, empresas estatais, fundações, autarquias e institutos, bem como dos meios de comunicação, organizações não governamentais, movimentos sociais, demais organizações do terceiro setor e organizações empresariais.

**§ 1º** O Sistema Estadual de Educação Ambiental será implantado com a finalidade de integrar, sistematizar e difundir informações e experiências, programas, projetos e ações, bem como realizar diagnósticos, estabelecer indicadores e avaliar a política de educação ambiental no Estado do Paraná.

**§ 2º** A Política Estadual de Educação Ambiental deve:

I – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – promover e desenvolver a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar, bem como integrá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

III – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – promover, disseminar e democratizar de maneira ativa e permanente informações e práticas educativas socioambientais numa perspectiva inovadora, transformadora, emancipatória em sua programação;

V – promover programas destinados ao aprendizado e ao exercício da cidadania, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente e os processos de trabalho, bem como sobre as atividades exercidas e respectivos impactos no meio ambiente;

VI – estimular a sociedade como um todo a exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, identificação, minimização e solução de problemas socioambientais;



VII – desenvolver programas, projetos e ações de educação ambiental voltados a estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais na perspectiva socioambiental, com a transparência de informações sobre sustentabilidade e com controle social.

#### **CAPÍTULO IV** **COMPETÊNCIAS E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 7º** Fica criado um Órgão Gestor que coordenará a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental.

**Parágrafo único.** O regulamento do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental dar-se-á mediante decreto estadual que resultará da atuação conjunta das áreas da educação ambiental das secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

**Art. 8º** São atribuições do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental:

I – elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental com a participação da sociedade e avaliação periódica;

II – coordenar o processo de definição de diretrizes para implementação em âmbito estadual;

III – articular, coordenar e supervisionar os planos, programas, projetos e ações na área de educação ambiental, em âmbito estadual;

IV – assegurar a implementação e o funcionamento do Sistema Estadual de Educação Ambiental;

V – contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos e ações nessa área.

**Art. 9º** Fica criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, composta paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de propor, apoiar, apreciar e avaliar a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental e os programas, projetos e ações de educação ambiental, exercendo o controle social.

**Parágrafo único.** A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será constituída pelos diversos segmentos da sociedade e regulamentada por decreto estadual.

## CAPÍTULO V PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 10.** A Política Estadual de Educação Ambiental deve ser desenvolvida na educação formal e não formal, por meio de linhas de atuação inter-relacionadas, a serem detalhadas no Programa Estadual de Educação Ambiental como instrumentos de políticas públicas voltadas:

- I – à formação de pessoas e profissionais de todos os segmentos da sociedade, desenvolvendo projetos político-pedagógicos;
- II – ao fomento ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, métodos e técnicas;
- III – à produção e divulgação de material educativo;
- IV – ao acompanhamento e avaliação, com a construção participativa de indicadores;
- V – ao fomento a políticas, programas e projetos territoriais e setoriais de educação ambiental em todo o Estado do Paraná, tendo como uma das suas ferramentas de financiamento o Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- VI – ao estímulo à normatização da formação em educação ambiental;
- VII – à garantia do acesso democrático à produção e à difusão de informação por meio de programas de educomunicação socioambiental e extensão;
- VIII – à promoção de processo que possibilite a sinergia entre forças instituídas e instituintes de educação ambiental em todo o território do Estado do Paraná;
- IX – à promoção de políticas estruturantes, intersetoriais e interesferas governamentais;
- X – à promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e demais áreas protegidas;
- XI – à introdução da educação ambiental na gestão participativa nos espaços de controle social.

### Seção I Educação Ambiental no Ensino Formal

**Art. 11.** Entende-se por educação ambiental no ensino formal aquela desenvolvida de forma presencial ou à distância, no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, englobando:

- I – educação básica:



a) educação infantil;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio.

II – educação superior;

III – educação especial;

IV – educação profissional;

V – educação de jovens e adultos;

VI – educação de comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras.

**Art. 12.** A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, interdisciplinar, transdisciplinar e transversal no currículo escolar de forma crítica, transformadora, emancipatória, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades.

**Art. 13.** Os profissionais da educação, em suas áreas de atuação, devem receber formação continuada no período de suas atividades regulamentares com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

**Art. 14.** Na autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos nas redes pública e privada, será observado o cumprimento do disposto nesta Lei.

#### **Subseção I**

#### **Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação de Comunidades Tradicionais**

**Art. 15.** A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo estar contemplada nas diretrizes das disciplinas curriculares.

**Art. 16.** A educação ambiental deve contribuir para a formação de escolas sustentáveis na gestão, no currículo e nas instalações físicas e estruturais, tendo a Agenda 21 na Escola como um dos seus instrumentos de implementação a ser inserida no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino.



## Subseção II Educação Superior

**Art. 17.** As Instituições de Ensino Superior devem incorporar em seus planos de desenvolvimento institucional projetos, ações e recursos que proporcionem a implantação das determinações contidas nesta Lei, assegurando a inserção da educação ambiental com os seus princípios, valores, atitudes e conhecimentos nas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

**Art. 18.** Os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância, das Instituições de Ensino Superior devem incorporar conteúdos e saberes da educação ambiental em seus currículos.

**Art. 19.** Nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é facultada a criação de uma disciplina específica.

**Art. 20.** Os pressupostos da educação ambiental devem constar do projeto político-pedagógico, que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada ao conteúdo pedagógico.

**Parágrafo único.** Os instrumentos de implementação devem observar a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, a Agenda 21 e os demais documentos de referência sobre a educação ambiental.

## Seção II Educação Ambiental Não Formal

**Art. 21.** Entende-se por educação ambiental não formal o processo contínuo e permanente desenvolvido através de ações e práticas educativas, executadas fora do sistema formal de ensino para sensibilização, formação, mobilização e participação da coletividade na melhoria da qualidade da vida.

**Parágrafo único.** O Poder Público estadual e municipal criará, fortalecerá e incentivará:

I – a produção participativa e descentralizada de informações, o acesso democrático e a difusão nos meios de comunicação de massa em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;

II – o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de educação ambiental;

III – a promoção de ações por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções para informar, mobilizar e difundir a educação ambiental;

IV – a ampla participação da sociedade, das instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e demais instituições, na formulação e execução de





programas e projetos sustentáveis;

V – o apoio e a cooperação técnica entre os órgãos públicos e as empresas privadas, as organizações não governamentais, coletivos e redes, para o desenvolvimento de programas de educação ambiental a serem desenvolvidos pelo Órgão Gestor;

VI – a sensibilização da sociedade para a importância da participação e acompanhamento da gestão ambiental nas distintas unidades de planejamento;

VII – o desenvolvimento sustentável do turismo e demais atividades econômicas, inclusive das comunidades tradicionais, de forma responsável e comprometida com a dimensão socioambiental;

VIII – a formação e estruturação dos coletivos jovens de meio ambiente no Estado do Paraná, bem como dos demais coletivos que desenvolvam projetos na área de educação ambiental;

IX – os núcleos de estudos socioambientais nas instituições públicas e privadas, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa, difusão do conhecimento e extensão;

X – o desenvolvimento da educação ambiental a partir de processos metodológicos participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando o multiculturalismo, os saberes e as especificidades de gêneros, etnias, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais;

XI – a inserção do componente educação ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;

XII – a prática da educação ambiental de forma compartilhada e integrada às demais políticas públicas existentes e a serem implementadas;

XIII – a inserção da educação ambiental nos programas de extensão rural pública e privada;

XIV – a formação em educação ambiental para os membros das instâncias de controle social, como conselhos e demais espaços de participação pública permanente nessas instâncias;

XV – a adoção de parâmetros e indicadores para a melhoria da qualidade da vida no meio ambiente através de programas e projetos de educação ambiental em todos os níveis de atuação;

XVI – a capacitação e formação dos gestores sobre as políticas públicas de meio ambiente, com o objetivo de criação e fortalecimento do sistema de meio ambiente.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**





**Art. 22.** Cabe ao Conselho Estadual da Educação analisar e aprovar as diretrizes curriculares estaduais para a educação ambiental no ensino formal e, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, analisar e aprovar as diretrizes estaduais da educação ambiental não formal, as quais devem ser articuladas e integradas e serão apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental.

**Art. 23.** Os Municípios, na esfera de sua competência, poderão definir diretrizes, normas, critérios e orçamento para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

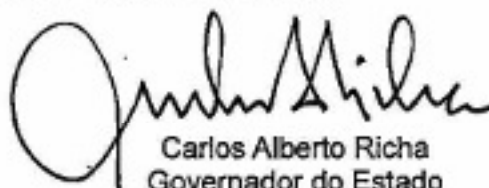
**Parágrafo único.** Os Municípios poderão constituir um órgão gestor e uma comissão interinstitucional de educação ambiental, com composição regulamentada por decreto municipal, para a construção de um programa municipal de educação ambiental.

**Art. 24.** Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

**Art. 25.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Educação.

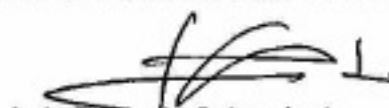
**Art. 26.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de janeiro de 2013.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Jonei Nazareno Iurk  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



Luiz Eduardo Sebastiani  
Chefe da Casa Civil



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 489/12**

**(Autoria do Poder Executivo)**

Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** A Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná é criada em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

**Art. 2º** Entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade de forma participativa constroem, compartilham e privilegiam saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos voltados ao exercício de uma cidadania comprometida com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as espécies.

**Art. 3º** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o compromisso de desenvolver a sustentabilidade, o respeito e a valorização da vida em todas as suas formas de manifestação, na presente e nas futuras gerações.

### **CAPÍTULO II PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 4º** São princípios básicos da educação ambiental:

I – o enfoque biocêntrico, humanista, democrático, crítico, participativo, inovador e emancipatório;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Projeto de Lei nº 489/12

fls.02.



II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, a comunicação, o trabalho, a cultura, as práticas socioambientais e a qualidade de vida;

V – a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos, grupos e segmentos sociais;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o diálogo e reconhecimento da diversidade cultural, de saberes, contextos locais e suas relações que proporcionem a sustentabilidade;

IX – a equidade, justiça social e econômica;

X – o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da participação da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais;

XI – a coerência entre discurso e prática no cotidiano, para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Art. 5º** São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – desenvolver práticas integradas que contemplem suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, éticos, psicológicos, legais e ecológicos;

II – divulgar e socializar as informações socioambientais;

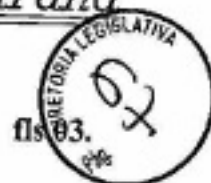
III – estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 489/12



IV – promover e incentivar o envolvimento e a participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável, como um valor inseparável do direito e do exercício da cidadania, visando à promoção da saúde ambiental;

V – estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado do Paraná, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção integrada de sociedades sustentáveis, fundamentada nos princípios da solidariedade, liberdade de ideias, democracia, responsabilidade, participação, mobilização e justiça social;

VI – fomentar e fortalecer a integração com a ciência, as tecnologias apropriadas e os saberes tradicionais e inovadores, tendo como base a ética de respeito à vida, assegurados os princípios desta Lei;

VII – fortalecer a democracia, a cidadania, a mobilização, a emancipação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro de todos os seres que habitam o planeta.

## CAPÍTULO III POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 6º** São instituídas a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental como partes do processo educativo e da gestão ambiental ampla no Estado do Paraná, ressaltando que todos têm direitos e deveres em relação à educação ambiental, sendo a sua realização e coordenação de competência do Poder Público, por meio das secretarias de estado, com a colaboração de todos os órgãos públicos, empresas estatais, fundações, autarquias e institutos, bem como dos meios de comunicação, organizações não governamentais, movimentos sociais, demais organizações do terceiro setor e organizações empresariais.

§ 1º O Sistema Estadual de Educação Ambiental será implantado com a finalidade de integrar, sistematizar e difundir informações e experiências, programas, projetos e ações, bem como realizar diagnósticos, estabelecer indicadores e avaliar a política de educação ambiental no Estado do Paraná.

§ 2º A Política Estadual de Educação Ambiental deve:

I – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 489/12

fls. 04



II – promover e desenvolver a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar, bem como integrá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

III – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – promover, disseminar e democratizar de maneira ativa e permanente informações e práticas educativas socioambientais numa perspectiva inovadora, transformadora, emancipatória em sua programação;

V – promover programas destinados ao aprendizado e ao exercício da cidadania, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente e os processos de trabalho, bem como sobre as atividades exercidas e respectivos impactos no meio ambiente;

VI – estimular a sociedade como um todo a exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, identificação, minimização e solução de problemas socioambientais;

VII – desenvolver programas, projetos e ações de educação ambiental voltados a estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais na perspectiva socioambiental, com a transparência de informações sobre sustentabilidade e com controle social.

## CAPÍTULO IV COMPETÊNCIAS E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 7º** Fica criado um Órgão Gestor que coordenará a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental.

**Parágrafo único.** O regulamento do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental dar-se-á mediante decreto estadual que resultará da atuação conjunta das áreas da educação ambiental das secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.





**Art. 8º** São atribuições do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental:

I – elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental com a participação da sociedade e avaliação periódica;

II – coordenar o processo de definição de diretrizes para implementação em âmbito estadual;

III – articular, coordenar e supervisionar os planos, programas, projetos e ações na área de educação ambiental, em âmbito estadual;

IV – assegurar a implementação e o funcionamento do Sistema Estadual de Educação Ambiental;

V – contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos e ações nessa área.

**Art. 9º** Fica criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, composta paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de propor, apoiar, apreciar e avaliar a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental e os programas, projetos e ações de educação ambiental, exercendo o controle social.

**Parágrafo único.** A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será constituída pelos diversos segmentos da sociedade e regulamentada por decreto estadual.

## CAPÍTULO V PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 10.** A Política Estadual de Educação Ambiental deve ser desenvolvida na educação formal e não formal, por meio de linhas de atuação inter-relacionadas, a serem detalhadas no Programa Estadual de Educação Ambiental como instrumentos de políticas públicas voltadas:

I – à formação de pessoas e profissionais de todos os segmentos da sociedade, desenvolvendo projetos político-pedagógicos;

II – ao fomento ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, métodos e técnicas;





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Projeto de Lei nº 489/12

fls.00



- III – à produção e divulgação de material educativo;
- IV – ao acompanhamento e avaliação, com a construção participativa de indicadores;
- V – ao fomento a políticas, programas e projetos territoriais e setoriais de educação ambiental em todo o Estado do Paraná, tendo como uma das suas ferramentas de financiamento o Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- VI – ao estímulo à normatização da formação em educação ambiental;
- VII – à garantia do acesso democrático à produção e à difusão de informação por meio de programas de educomunicação socioambiental e extensão;
- VIII – à promoção de processo que possibilite a sinergia entre forças instituídas e instituintes de educação ambiental em todo o território do Estado do Paraná;
- IX – à promoção de políticas estruturantes, intersetoriais e interesferas governamentais;
- X – à promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e demais áreas protegidas;
- XI – à introdução da educação ambiental na gestão participativa nos espaços de controle social.

## Seção I Educação Ambiental no Ensino Formal

**Art. 11.** Entende-se por educação ambiental no ensino formal aquela desenvolvida de forma presencial ou à distância, no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, englobando:

- I – educação básica:
  - a) educação infantil;
  - b) ensino fundamental;
  - c) ensino médio.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 489/12



II – educação superior;

III – educação especial;

IV – educação profissional;

V – educação de jovens e adultos;

VI – educação de comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras.

**Art. 12.** A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, interdisciplinar, transdisciplinar e transversal no currículo escolar de forma crítica, transformadora, emancipatória, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades.

**Art. 13.** Os profissionais da educação, em suas áreas de atuação, devem receber formação continuada no período de suas atividades regulamentares com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

**Art. 14.** Na autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos nas redes pública e privada, será observado o cumprimento do disposto nesta Lei.

## **Subseção I**

**Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação de Comunidades Tradicionais**

**Art. 15.** A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo estar contemplada nas diretrizes das disciplinas curriculares.

**Art. 16.** A educação ambiental deve contribuir para a formação de escolas sustentáveis na gestão, no currículo e nas instalações físicas e estruturais, tendo a Agenda 21 na Escola como um dos seus instrumentos de implementação a ser inserida no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino.



## Subseção II Educação Superior

**Art. 17.** As Instituições de Ensino Superior devem incorporar em seus planos de desenvolvimento institucional projetos, ações e recursos que proporcionem a implantação das determinações contidas nesta Lei, assegurando a inserção da educação ambiental com os seus princípios, valores, atitudes e conhecimentos nas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

**Art. 18.** Os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância, das Instituições de Ensino Superior devem incorporar conteúdos e saberes da educação ambiental em seus currículos.

**Art. 19.** Nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é facultada a criação de uma disciplina específica.

**Art. 20.** Os pressupostos da educação ambiental devem constar do projeto político-pedagógico, que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada ao conteúdo pedagógico.

**Parágrafo único.** Os instrumentos de implementação devem observar a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, a Agenda 21 e os demais documentos de referência sobre a educação ambiental.

## Seção II Educação Ambiental Não Formal

**Art. 21.** Entende-se por educação ambiental não formal o processo contínuo e permanente desenvolvido através de ações e práticas educativas, executadas fora do sistema formal de ensino para sensibilização, formação, mobilização e participação da coletividade na melhoria da qualidade da vida.

**Parágrafo único.** O Poder Público estadual e municipal criará, fortalecerá e incentivará:

I – a produção participativa e descentralizada de informações, o acesso democrático e a difusão nos meios de comunicação de massa em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 489/12

fls.09



II – o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de educação ambiental;

III – a promoção de ações por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções para informar, mobilizar e difundir a educação ambiental;

IV – a ampla participação da sociedade, das instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e demais instituições, na formulação e execução de programas e projetos sustentáveis;

V – o apoio e a cooperação técnica entre os órgãos públicos e as empresas privadas, as organizações não governamentais, coletivos e redes, para o desenvolvimento de programas de educação ambiental a serem desenvolvidos pelo Órgão Gestor;

VI – a sensibilização da sociedade para a importância da participação e acompanhamento da gestão ambiental nas distintas unidades de planejamento;

VII – o desenvolvimento sustentável do turismo e demais atividades econômicas, inclusive das comunidades tradicionais, de forma responsável e comprometida com a dimensão socioambiental;

VIII – a formação e estruturação dos coletivos jovens de meio ambiente no Estado do Paraná, bem como dos demais coletivos que desenvolvam projetos na área de educação ambiental;

IX – os núcleos de estudos socioambientais nas instituições públicas e privadas, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa, difusão do conhecimento e extensão;

X – o desenvolvimento da educação ambiental a partir de processos metodológicos participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando o multiculturalismo, os saberes e as especificidades de gêneros, etnias, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais;

XI – a inserção do componente educação ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;

XII – a prática da educação ambiental de forma compartilhada e integrada às demais políticas públicas existentes e a serem implementadas;

XIII – a inserção da educação ambiental nos programas de extensão rural pública e privada;



XIV – a formação em educação ambiental para os membros das instâncias de controle social, como conselhos e demais espaços de participação pública permanente nessas instâncias;

XV – a adoção de parâmetros e indicadores para a melhoria da qualidade da vida no meio ambiente através de programas e projetos de educação ambiental em todos os níveis de atuação;

XVI – a capacitação e formação dos gestores sobre as políticas públicas de meio ambiente, com o objetivo de criação e fortalecimento do sistema de meio ambiente.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 22.** Cabe ao Conselho Estadual da Educação analisar e aprovar as diretrizes curriculares estaduais para a educação ambiental no ensino formal e, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, analisar e aprovar as diretrizes estaduais da educação ambiental não formal, as quais devem ser articuladas e integradas e serão apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental.

**Art. 23.** Os Municípios, na esfera de sua competência, poderão definir diretrizes, normas, critérios e orçamento para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

**Parágrafo único.** Os Municípios poderão constituir um órgão gestor e uma comissão interinstitucional de educação ambiental, com composição regulamentada por decreto municipal, para a construção de um programa municipal de educação ambiental.

**Art. 24.** Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

**Art. 25.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Educação.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

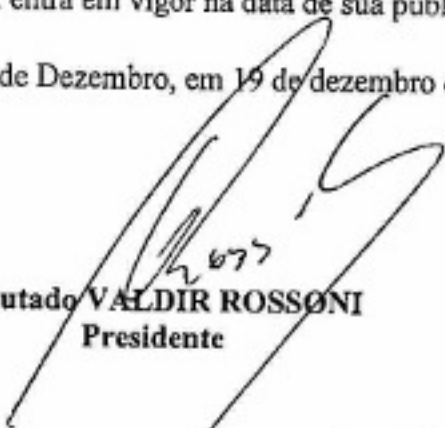
Projeto de Lei nº 489/12

fls.011.




**Art. 26.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 19 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário





## JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual do Meio Ambiente priorizou na agenda do ano de 2010 a elaboração de um Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental, tendo por referência a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, o Tratado de Tbilisi e o resultado das Conferências de Saúde Ambiental e do Meio Ambiente Adulto e Infanto-Juvenil.

Por meio de um grupo de trabalho (incluindo representantes indicados pelo Conselho Estadual de Educação), no âmbito do Conselho, durante oito meses, realizaram-se vinte e uma reuniões, um *workshop*, e um seminário, com a presença de cento e cinquenta participantes, representando diversas entidades públicas e todos os segmentos da sociedade, resultando na proposta do presente Projeto de Lei. Também foi realizada consulta pública via sítio eletrônico do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

A proposta de uma Política Estadual de Educação Ambiental congrega todos os órgãos públicos estaduais e os segmentos da sociedade civil, que já desenvolvem programas e ações de educação ambiental.

A educação ambiental é um processo permanente de aprendizagem e formação individual e coletiva, para a reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente.

Ademais, a proposta estabelece as diretrizes, objetivos e conceitos capazes de nortear as ações de todos os segmentos da sociedade, incluídos, neste processo de educação ambiental, os municípios.

O texto apresentado prevê, ainda, a criação do órgão gestor e do Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental, como um órgão colegiado composto paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de apoiar a implantação da Política de Educação Ambiental e de apreciar, formular, propor e avaliar programas, projetos e ações de educação ambiental e exercer o controle social.

Ademais, atribui aos Conselhos Estadual da Educação e do Meio Ambiente, a responsabilidade de analisar e aprovar as diretrizes da Educação Ambiental apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e Órgão Gestor.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Projeto de Lei nº 489/12

fls.013.



Com a finalidade de fortalecer e garantir a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, é necessário a institucionalização de áreas específicas no âmbito dos órgãos públicos do Estado que compõem o órgão gestor, formado pelas Secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste contexto, o Projeto de Lei foi apresentado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente durante a 80ª reunião extraordinária e aprovada por unanimidade pelos seus membros.

Com relação ao art. 24 da proposta, que trata de alocação de recursos às ações de educação ambiental, esclarece-se que não haverá impacto financeiro a ser informado, somente quando da elaboração de Programas de Assistência Técnica e Financeira.

Assim, com a aprovação da presente medida por essa Assembleia Legislativa, o Estado do Paraná será colocado na destacada posição de interlocutor nos processos da gestão ambiental.



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 07/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 07/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº489/2012, de autoria do Poder Executivo, que institui a política estadual de educação ambiental e o sistema de educação ambiental.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVOS NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLÊNÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 489/11, de autoria do Poder Executivo, que institui a política estadual de educação ambiental e o sistema de educação ambiental, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art.71. Concluída a votação, A Assembleia Legislativa enviará o projeto ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 489/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2012**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 07/2013, foi exarada em data de **11 de janeiro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**




Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.






Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELTON WELTER**

**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**

Unanime 26.02.13